

## **CURRÍCULO: PROPOSIÇÕES E FUNDAMENTOS PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL E EMANCIPATÓRIA**

Renato Barros de Almeida  
Jéssica Policena Peres Curado de Oliveira

Pensar em uma formação integral significa propor o sujeito ao centro do seu processo de ensino e aprendizado como autor de seu desenvolvimento, o compreendendo como o ser multidimensional que é. Nessa perspectiva, a educação deve dar conta dessa multiplicidade de sujeitos, levando em consideração os diferentes contextos ao qual estão inseridos, valorizando não apenas seu desenvolvimento cognitivo, mas também as demais dimensões que levam ao desenvolvimento humano em sua plenitude.

Para o desenvolvimento do presente estudo foi adotada a abordagem qualitativa a partir de uma pesquisa bibliográfica. Nosso primeiro passo foi compreender o que é um currículo que busque a formação integral, quais autores dão base para se pensar em uma proposta curricular efetivamente emancipatória, em que condições é possível a efetivação de propostas curriculares à realidade da escola pública brasileira, e qual é a finalidade da escola para a perspectiva de formação do homem. Para tanto, buscamos respostas nas obras de Silva (2011), Saviani (2017), Oliveira (2004), Malanchen (2016), Hilsdorf (2003; 2012), dentre outros autores que corroboram com nossa pesquisa.

Neste sentido, o currículo é constituído no ensino de conteúdos historicamente produzidos e objetivamente interpretados, centrais na construção do currículo escolar, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, integrante ativa da teoria marxista de sociedade (MALANCHEN, 2016). Feitas essas primeiras colocações, nos propusemos a conhecer a origem da escola moderna tal qual a conhecemos atualmente. Constatamos como a instituição escolar está e sempre esteve intimamente ligada ao pensamento ideológico, político e econômico de cada época, e, em geral, vinculada às ideias da classe economicamente dominante, visto que qualquer sociedade se organiza com base na produção da vida material de seus membros e das relações daí decorrentes (HILSDORF, 2012).

Assim, a sociedade capitalista fez aparecer, juntamente com a acumulação de capital, todo um aparato cujo objetivo é o controle das pessoas de forma

naturalizada, que se manifesta por uma aceitação implícita, não problematizada dos controles a que nos submetemos. Nossas instituições educacionais contemporâneas ainda carregam marcas dessas escolas modernas. Ora, por todos os seus espaços, a escola brasileira aparece sempre interligada a uma estratégia de regularização, normalização, assistência, habilitação e vigilância das crianças (HILSDORF, 2003).

Portanto, se faz necessário uma reinvenção do fazer pedagógico por meio da criação de perspectivas curriculares efetivamente emancipatórias. Neste sentido, não seria possível utilizar as abordagens teóricas, epistemológicas e metodológicas que embasaram essa formação integral de forma a aplicá-las em escolas públicas, respeitando suas limitações e particularidades, produzindo e desenvolvendo práticas político-pedagógicas mais efetivas na construção de uma sociedade democrática? Acreditamos que sim. Contudo, esta tarefa não será fácil, pois dentro deste contexto contamos com professores desvalorizados e precarizados pelo sistema, que busca a todo momento garantir a manutenção dos que estão no poder utilizando a escola como instrumento de controle social.

Isto posto, o desenvolvimento deste trabalho se mostra relevante, não apenas pelos pontos levantados, mas também para possibilitar uma análise acerca das engrenagens muito bem elaboradas, em especial na construção do currículo, para a manipulação dos trabalhos desenvolvidos dentro da escola, ditando uma educação de fora para dentro, ou seja, transformando a instituição escolar em uma organização para a formação de mão-de-obra, perdendo-se sua finalidade, sua razão de ser, como a elevação intelectual (HILSDORF, 2003).

Assim, o que nos propomos a partir deste estudo é apresentar elementos para a elaboração de percursos curriculares que possam contribuir para a formação integral e emancipatória dos sujeitos, construindo não apenas uma escola, mas também uma sociedade mais democrática, combatendo o fazer pedagógico hegemônico. Cumpre ressaltar, contudo, que a opção epistemológica que deu origem aos estudos aqui compreendidos é, antes de mais nada, uma opção política, uma vez que “a dissociação entre a epistemologia e a política deve ser superada se pretendemos investir na tessitura de uma outra sociedade” (OLIVEIRA, 2004, p. 13), e a busca aqui empreendida se baseia em ideias que compartilhamos com cada um dos autores que sustentam o arcabouço teórico que serve de base para a construção de percursos curriculares críticos.

Para tanto, buscamos inspirações nas dimensões da educação que é produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), construída através de dois eixos complementares entre si: “a luta pelo direito à educação e a construção de uma nova pedagogia, inspirada em 13 princípios” (OLIVEIRA, 2004, p. 125), sendo eles: relação entre prática e teoria; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores; atitudes e habilidades de pesquisa; e combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. Tais princípios servem como elementos norteadores para a construção de currículos críticos que articulam o ensino de conteúdos historicamente produzidos e objetivamente interpretados com a pedagogia histórico-crítica, integrante ativa da teoria marxista de sociedade.

Entretanto, é importante ressaltar que, pensar um currículo crítico que promova de fato a formação integral e emancipatória, é pensar um processo a ser construído cotidianamente, possibilitando a flexibilidade das ações e atividades, ampliando as oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipatórias. Compreendemos, no entanto, que a implementação destes 13 princípios na construção de um currículo crítico é um processo lento, percorrido por avanços e recuos, frente às dificuldades quanto à formação de professores, condições materiais das escolas, e resistências encontradas na comunidade não apenas escolar, mas de membros da sociedade cujo controle da ideologia dominante se encontra fortemente enraizada.

Portanto, o currículo precisa fazer sentido e ser construído contextualmente, atender demandas e necessidades que não são homogêneas. “Sujeitos diferentes não produzem nem mobilizam os mesmos saberes, não se inserem nas mesmas experiências de vida, não constroem os mesmos projetos de futuro” (LOPES, 2018, p. 25). Sem essa garantia torna inviável colocar em prática as ideias aqui elaboradas, e é por esse ponto em específico que não defendemos um percurso curricular que se aplique a todas as escolas brasileiras. Pelo contrário, nos detemos a propor um caminho para a construção de não um, mas vários percursos

curriculares de forma crítica e que almejem a formação integral e emancipatória dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. *In*: AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **O aparecimento da escola moderna**: uma história ilustrada. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MALANCHEN, Julia. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2016.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). **Alternativas emancipatórias em currículo**. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC)**. Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. *Interface*, Botucatu, v. 21, n. 63, out./dez. 2017, p. 711-725. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em 26/11/2019.

SAVIANI, Dermeval. **Democracia, educação e emancipação humana**: desafios do atual momento brasileiro. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n. 3, p. 653-662, set./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-353920170213000>. Acesso em 26/11/2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizontes: Autêntica, 2011.